EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE: ÉTICA, VALORES E RESPEITO EM SALA DE AULA

ALESSANDRA MOTTA LAMELAS

RESUMO
O presente artigo busca fazer uma análise sobre a importância de se trabalhar Educação Ambiental nas escolas do Brasil. Mesmo estando inserida nos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e a BNCC, a Educação Ambiental ainda gera inúmeros questionamentos entre estudiosos e professores da educação básica, acostumados a lidar, respectivamente, com a teoria e a prática do tema em questão. Sabendo-se que a Educação Ambiental não deve ser inserida como uma disciplina nos currículos escolares, então como trabalhá-la? Os PCN's e a BNCC, orientam e afirmam ser a interdisciplinaridade a melhor forma de trabalhá-la verdadeiramente nas Escolas. Para que isso aconteça é necessária uma reforma do pensamento e esta deve começar pela reformulação do pensamento didático-pedagógico do professor. A função do professor é ser um agente facilitador desse processo e os currículos escolares devem ser elaborados de tal maneira que haja a articulação das disciplinas para alcançar uma visão do todo.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Escola; Interdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

Educação ambiental é uma disciplina bem estabelecida que enfatiza a relação dos homens com o ambiente natural, as formas de conservá-lo, preservá-lo e de administrar seus recursos adequadamente". Educação, esta, que deve ser iniciada nos primeiros anos de vida, ainda em casa, quando as crianças aprendem, com os exemplos dos pais, como deverão agir no presente e no futuro. Depois, na escola, a Educação Ambiental deve continuar fazendo parte do dia-a-dia das crianças, adolescentes e jovens, seja inserida nas diversas disciplinas e conteúdos, interdisciplinarmente, seja no ambiente escolar, na convivência com professores, diretores e demais funcionários da escola. Mais do que ensinar termos técnicos e definições, é dever da escola ensinar a amar o ambiente, a reconhecê-lo como um lar, respeitando-o e preservando-o.

- Objetivo Geral

O objetivo deste artigo é demonstrar a importância da educação ambiental nas escolas públicas e como deve ser trabalhada em sala de aula e também fazer parte do currículo nacional.
Para isso, no entanto, é necessário que os próprios professores entendam o ambiente como tal, sem distinções entre casa, rua ou escola. O ambiente, ainda que diferenciado, é único. Nosso planeta é um só e é de todos. Ninguém tem o direito de destruí-lo, visto que é um bem comum, sem o qual a vida corre perigo de não mais existir. Assim, dispõe a Constituição Brasileira, em seu artigo 225 (ANGHER, 2006): Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

- Objetivos Específicos

A escolha do tema a princípio foi devido a convivência estudantil do autor ao longo desses anos e a preocupação com os rumos do ensino no Brasil e com as normas e procedimentos vigentes na sociedade. Visto que a experiência moral é comum a todas as pessoas, pois, embora as normas e os valores neste momento parecerem ser prescritivos, isto é, tem tempo de validade.
Sabendo da importância do tema, acredita-se que a Educação Brasileira está longe de entender a importância da Educação Ambiental em sala de aula, primeiramente, muitas escolas teriam que se adequar e também mudar o espaço geográfico da escola e trazer uma realidade adequada ao ambiente.
Uma hipótese é que a Educação Ambiental deve ser trabalhada na escola não por ser uma exigência do Ministério da Educação, mas porque acreditamos ser a única forma de aprendermos e ensinarmos que nós, seres humanos, não somos os únicos habitantes

deste planeta, que não temos o direito de destruí-lo, pois da mesma forma que herdamos a terra de nossos pais, deveremos deixá-la para nossos filhos. Dentre várias formas possíveis de se trabalhar a Educação Ambiental, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) afirmam ser a interdisciplinaridade essencial ao desenvolvimento de temas ligados ao Meio Ambiente, sendo necessário desfragmentar os conteúdos e reunir as informações dentro de um mesmo contexto, nas várias disciplinas. Um dos modos de se trabalhar a interdisciplinaridade são os projetos de Educação Ambiental, que podem e devem ser desenvolvidos nas escolas a fim de fomentar a criatividade e o raciocínio dos alunos, através de atividades dinâmicas e participativas, unindo teoria à prática. Discutiremos, portanto, como a Educação Ambiental vem sendo trabalhada nas escolas, analisando as orientações dos PCN s e os obstáculos encontrados pelos professores no momento de sua aplicação.
De acordo com a teoria de Piaget (1990) o desenvolvimento intelectual é considerado com tendo dois componentes: o cognitivo e o afetivo.
Em outro aspecto deste artigo encontraremos a realidade do professor, neste caso a profissão de professor é um ato de extrema determinação, isso tanto em escolas públicas como nas particulares. Um fator preponderante a ser analisado é como o professor é visto nessas instituições, num primeiro olhar como um subalterno, visto que, na maioria dos casos ele não possui autonomia plena em várias decisões. Nas escolas particulares, os casos de desrespeito são ainda maiores, visto que a educação se transformou em um grande comércio.
Este trabalho está dividido em três artes. Na primeira, após a introdução e o método, trata sobre os estudos dos PCN's e a Política Pública do Meio Ambiente e os resultados pertinentes a este artigo.

MÉTODO- JUSTIFICATIVA

Esse projeto partiu da abordagem específica, tendo em vista os objetivos do estudo, foi realizado uma revisão bibliográfica em livros sobre PCN'S e a Educação Especial, a Constituição da República Federativa do Brasil, Ministério da Educação e Meio Ambiente que se trate do Meio Ambiente, Piaget (1990), e Angher (2006) e suas Políticas Públicas e bibliografias já indicadas nas referências bibliográficas em anexo e em artigos da Internet – google acadêmico e scielo.
Optou – se por selecionar artigos sobre Leis e Políticas Públicas no período entre 2000 a 2010. Para identificar os artigos utilizou-se os seguintes descritos de assunto: O ensino do Meio Ambiente no Brasil
Algumas referências foram obtidas na íntegra pelas bases de dados acessados por internet – Scielo, Google Acadêmico e acervos pessoais de docentes de uma unidade escolar de uma cidade no interior de São Paulo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES- PROBLEMA OS PCN'S: A IMPORTÂNCIA DA INTERDISCIPLINARIDADE

Os PCN's foram lançados pelo MEC entre os anos de 1997 e 1999, a fim de se tornarem uma referência curricular para os professores de todo o país, que podem adaptá-los às realidades de sua região ou município. Neles estão inseridos os chamados temas transversais, assuntos de grande importância social que devem ser trabalhados em todos os conteúdos. São temas como ética, pluralidade cultural, orientação sexual e Meio Ambiente, entre outros. É nesse contexto, portanto, que deve ser trabalhada a Educação Ambiental.
De acordo com as orientações dos PCN'S, a Educação Ambiental, assim como todos os temas transversais, deve ser trabalhada de forma interdisciplinar. A princípio, é isso que se vê nos planos de curso da maioria, senão de todos os professores de escolas públicas. No entanto, na prática, esse trabalho acaba não acontecendo. Apesar da importância dos PCN's para a inserção da Educação Ambiental nas escolas, segundo Bizerril e Faria (2001, p.97): "resta a dúvida sobre os limites da capacidade das escolas em compreender as propostas contidas no documento, bem como em ter motivação suficiente ou metodologia para executá-las". Isso porque o trabalho interdisciplinar ainda é visto com muita dificuldade por parte da maioria dos professores.
Um dos motivos dessa dificuldade é, sem dúvida, o medo de exposição de muitos professores que preferem continuar trancados em suas salas de aula a expor seu trabalho

diante dos outros, se abrindo e se sujeitando a possíveis críticas. Além disso, professores de disciplinas tidas como mais importantes tendem a se afastar de projetos que não tratem de seus conteúdos específicos, alegando precisar de tempo para poder cumprir seus planos de curso. Bizerril e Faria (2001, p. 61) apresentam, ainda, o relato de uma professora do Distrito Federal que descreve muito bem esta situação:

A gente vê muita resistência. Matérias academicamente mais importantes têm sempre um espaço muito limitado para tentar ter uma discussão coletiva na escola. Sinto um certo bloqueio para me inserir no contexto escolar, com esta hierarquia. Eu acho que os professores não estão preparados para a interdisciplinaridade, estão muito fechados. (BIZERRIL; FARIA, 2001, p. 61)

Um dos motivos para esse despreparo, de acordo com os professores, é que a universidade não os preparou para a interdisciplinaridade, erro que ainda hoje persiste nos cursos de licenciatura (BIZERRIL; FARIA, 2001).

COMO TRABALHAR COM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS

Diante de tantos obstáculos, qual seria a melhor forma de trabalhar a Educação Ambiental nas escolas?
De acordo com Sato (2002):

Há diferentes formas de incluir a temática ambiental nos currículos escolares, como atividades artísticas, experiências práticas, atividades fora de sala de aula, produção de materiais locais, projetos ou qualquer outra atividade que conduza os alunos a serem reconhecidos como agentes ativos no processo que norteia a política ambientalista. Cabe aos professores, por intermédio de prática interdisciplinar, proporem novas metodologias que favoreçam a implementação da Educação Ambiental, sempre considerando o ambiente imediato, relacionado a exemplos de problemas atualizados. (SATO, 2002, p. 78)

Deste modo, a escola ao propor o desenvolvimento do currículo escolar voltado para a questão ambiental, deve proporcionar a participação de todos no processo de sua construção execução, tendo os alunos como sujeitos do processo. Os conteúdos precisam ser revistos para que eles convirjam entre as disciplinas de forma interdisciplinar, além de terem sua importância dentro da Educação Ambiental. A Educação Ambiental precisa ser entendida como um importante aliado do currículo escolar na busca de um conhecimento integrado que supere a fragmentação tendo em vista o conhecimento emancipação. Uma vez que, segundo Sato (2002), a Educação Ambiental: "sustenta todas as atividades e impulsiona os aspectos físicos, biológicos, sociais e culturais dos seres humanos". Sendo assim, apresenta-se como uma peça importante no currículo escolar.
Implementar a Educação Ambiental nas escolas tem se mostrado uma tarefa exaustiva. Existem grandes dificuldades nas atividades de sensibilização e formação, na implantação de atividades e projetos e, principalmente, na manutenção e continuidade dos já existentes. Segundo Andrade (2000):

Fatores como o tamanho da escola, número de alunos e de professores, predisposição destes professores em passar por um processo de treinamento, vontade da diretoria de realmente implementar um projeto ambiental que vá alterar a rotina na escola, etc, além de fatores resultantes da integração dos acima citados e ainda outros, podem servir como obstáculos à implementação da Educação Ambiental. (ANDRADE, 2000, p. 54)

Dado que a Educação Ambiental não se dá por atividades pontuais, mas por toda uma mudança de paradigmas que exige uma contínua reflexão e apropriação dos valores que remetem a ela, as dificuldades enfrentadas assumem características ainda mais contundentes.

A Conferência de Tbilisi (1977) já demonstrava as preocupações existentes a esse respeito, mencionando, em um dos pontos da recomendação nº 21, que deveriam ser efetuadas pesquisas sobre os obstáculos, inerentes ao comportamento ambiental, que se opõem às modificações dos conceitos, valores e atitudes das pessoas. (DIAS, 1992, p. 56)

Projetos impostos por pequenos grupos ou atividades isoladas, gerenciadas por apenas alguns indivíduos da comunidade escolar – como um projeto de coleta seletiva no qual a única participação dos discentes seja jogar o lixo em latões separados, envolvendo apenas um professor coordenador – não são capazes de produzir a mudança de mentalidade necessária para que a atitude de reduzir o consumo, reutilizar e reciclar resíduos sólidos se estabeleça e transcenda para além do ambiente escolar. Portanto, deve-se buscar alternativas que promovam uma contínua reflexão que culmine na metanoica (mudança de mentalidade); apenas dessa forma, conseguiremos implementar, em nossas escolas, a verdadeira Educação Ambiental, com atividades e projetos não meramente ilustrativos, mas fruto da ânsia de toda a comunidade escolar em construir um futuro no qual possamos viver em um ambiente equilibrado, em harmonia com o meio, com os outros seres vivos e com nossos semelhantes.

A ética profissional pode ser muito diferente da ética pessoal. Por exemplo, se você é um profissional da psicologia e um cliente confessa ser responsável por um assassinato, a primeira coisa que faria como pessoa comum seria entregá-lo para a polícia. Porém, como psicólogo, o código de ética é diferente e você segue o princípio da confidencialidade, ou seja, o que seu cliente contou não deve ser divulgado. Para ajudar seus alunos a entenderem melhor como funcionam essas diferenças, confira a seguir algumas dicas de como ensinar ética em sala de aula.

PAPEL ÉTICO E MORAL DO EDUCADOR AMBIENTAL.

De modo geral a escola pública ou particular, apresenta uma diversidade social muito grande seja ela; cultural, sexual, religiosa, étnica, econômica e regional. Respeitar as diferenças não é papel só dos educadores e colaboradores, esse papel é também de alunos e familiares. Por isso, ser solidário neste ambiente e sempre respeitar as diferenças. O professor neste sentido assume como interlocutor desta diversidade cultural, trabalhando nas diferenças do coletivo.

Neste sentido a ética é empregada da necessidade de respeitar as diversidades dos alunos, cabendo ao educador refletir na busca da necessidade de cada sujeito.

Nesta complexibilidade social a moral e a ética têm que caminhar no mesmo sentido, dois conceitos da mesma realidade.

A ética segundo Motta (1984, p.65) defini como um "conjunto de valores que orientam o comportamento do homem em relação aos outros homens na sociedade em que vive, garantindo, outrossim, o bem-estar social", ou seja, Ética é a forma que o homem deve se comportar no seu meio social.

Pois assim determina Vásquez (1998, apud MORAL, 1997) como um

Sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade, de tal maneira que estas normas, dotadas de um caráter histórico e social, sejam acatadas livres e conscientemente, por uma convicção íntima, e não de uma maneira mecânica, externa ou impessoal. (VÁSQUEZ, 1998, p.89 apud MORAL, 1997, p. 78)

Para Piaget (1964) a autonomia moral, é importante que as crianças se tornem capazes de tomar decisões por conta própria, que sejam capazes de considerar os aspectos relevantes para decidir o melhor caminho a seguir. Isso implica aprender a levar em conta os pontos de vista das outras pessoas, já que para este autor, a autonomia moral se alcança a partir da inter-relação com as demais pessoas. Autonomia intelectual é a capacidade de seguir a própria opinião, enquanto a heteronomia é seguir a opinião de outra pessoa. Nessa obra não discutiremos as contribuições de Piaget quanto ao tema autonomia e educação devido à delimitação necessária.

Não é possível ser gente senão por meio de práticas educativas. Esse processo de formação perdura ao longo da vida toda, o homem não para de educar-se, sua formação é permanente e se funda na dialética entre teoria e prática. A educação tem sentido porque o mundo não é necessariamente isto ou aquilo, e os seres humanos são tão projetos quanto podem ter projetos para o mundo. Freire (1997) entende que a educação como proces-

so de formação da totalidade do humano. Por isso, um dos elementos imprescindíveis na educação é a formação ética. Essa formação é indispensável para que as pessoas respeitem sua própria dignidade, a dignidade dos demais e sejam autênticos.
Segundo Descartes (1988), a ética consiste sobre duas noções básicas: Noção de Virtude, como uma disposição da vontade para escolher de acordo com o juízo da razão sobre o bem; e a Noção de Felicidade, como um estado de bem-estar mental que é conseguido através da prática da virtude.
Segundo Martinez (2000) em nosso modo de ver, corresponde à ética uma tríplice função:

- Esclarecer o queé a moral, quais são seus traços específicos;
- Fundamentar a moralidade, ou seja, procurar averiguar quais são as razões que conferem sentido ao esforço dos seres humanos de viver moralmente;
- Aplicar os diferentes âmbitos da vida social os resultados obtidos nas duas primeiras funções de maneira que se adote nesses âmbitos sociais uma moral crítica (ou seja, racionalmente fundamentada) em vez de um código moral dogmaticamente imposto ou ausência de referências morais.

Segundo Lombardi (2005) a ética é sem sombra de dúvida o tema do momento, tal fato se deve, certamente, de um laço, a descentralização dos valores ou critérios tradicionais que pautavam o agir humano e de outro, ao potencial poder de manipulação, tanto da natureza quanto ao homem, mediante o uso dos recursos da ciência e da tecnologia. O homem perdeu os parâmetros éticos e sua vida tornasse arriscada.

De acordo com os autores acima cabe aqui uma reflexão de que a ética serve não somente para as questões morais, más também ajuda a esclarecer e fundamentar os diferentes setores da sociedade. Ajuda o sujeito no desenvolvimento intelectual e no seu potencial de aprendizagem. A ética também reflete no contexto atual uma preocupação com as questões de ensino; de que forma ensinar? De que forma aprender? Como ensinar as crianças às questões de moral se o momento os valores estão invertidos? Como o profissional/pedagogo pode contribuir para construir um aluno autônomo e independente, visando uma sociedade mais justa? Muitas perguntas devem ser respondidas.
Neste sentido Lombardi (2005) faz a seguinte observação:

Diante disso, o que ensinar às novas gerações? Que aceitem e se acostumem à miséria, à fome, as guerras, às discriminações, ao desemprego, a marginalidade? Quais são os valores, os padrões de comportamento, as normas que devemos transmitir aos jovens? A aprendizagem dos padrões de comportamento que se impõem as novas gerações, resulta fácil em momentos de estabilidade de valores e insegurança. Os consensos morais, ou seja, os costumes e normas aceitos por todos ou pela maioria, dão sustentação à autoridade moral em nome da qual se realiza a educação. (LOMBARDI, 2005, p. 52)

Continua Lombardi (2005):

Nisso reside a grande ambiguidade educacional dos nossos tempos no campo da ética: Se ética vem de ethos e os costumes são formas de comportamento que propiciam a vida pacifica e feliz das pessoas na comunidade, é antiético difundir valores que não respeitam esse princípio fundamental da justiça social. (LOMBARDI, 2005, p. 45)

A experiência moral é comum a todas as pessoas e culturas. Os valores que de certo modo, são impostos pela tradição e cultura as novas gerações necessitam, no entanto de certa adesão por parte das pessoas, pois, embora as normas e os valores vigentes na sociedade tenham poder prescritivo e normativo, podendo impor-se aos membros da sociedade, os indivíduos de sua parte, preservam um espaço de liberdade de decisão.
Conforme Cortez (2003):

Finalmente há o reconstruir, que é o momento de encarar com maturidade e humildade que não estamos prontos/acabados, que estamos sempre em crescimento/mudança. É a fase de enxergar – sozinha e também com a ajuda dos participantes – que há lacunas em nossa prática que podem ser melhoradas/preenchidas, à medida que entendemos e

aprendemos novas formas de agir [...] a ação de reconstruir, é a consciência de que o professor nunca está totalmente preparado em todos os aspectos que engloba sua missão, é reconhecer que uma evolução de suas qualificações é de extrema relevância para a sua profissão. (CORTEZ, 2003, p. 63)

Segundo Vygotsky (1984), o educador precisa contextualizar a sua prática docente, considerando o aluno como um sujeito integral e concreto, historicamente situado, isto é, um indivíduo que a partir da sua história de vida, tem um capital cultural construído na interação com o meio em que está inserido, tendo uma identidade que além de individual, é também coletiva e que o liga a sua classe social de origem. Como visto acima a ética profissional difere da ética pessoal, pois, se tratando de empresas, a história da ética se traduz de forma diferenciada; as empresas bem estruturadas geralmente possuem um código de ético bem elaborado, neste sentido, as escolas deveriam ter o seu próprio código de ética.

No campo pessoal a diferença é que o indivíduo deve respeitar as diferenças seja ela qual for; cultural, sexual, cor, raça, credo religioso ou condição social.

A implantação da educação moral na escola começa pela educação moral do professor. Não trabalhamos um projeto bonito para ser comprado pela gestão escolar e colocado em prática a partir de uma apresentação e distribuição de material apostilado numa reunião da coordenação pedagógica. Normalmente o primeiro ano é dedicado a capacitar os professores, coordenadores, funcionários e gestores, ao mesmo tempo em que integramos pais e responsáveis ao projeto. É trabalho de médio e longo prazo, transformando a escola a partir dos professores e dos pais.

Transformar as mentalidades e a postura docente é fundamental.

A educação moral possui pilares que não sustentam atitudes inquisitoriais ou de punição, normalmente encontradas nas escolas. É educação vivida com amor, em que nos permitimos parar e ouvir o canto de um pássaro empoleirado no galho de uma árvore. É educação feita com a própria experiência, de quem pode tentar errar, aprender e tentar de novo. É educação feita com poucos discursos e muitos exemplos, exemplos de si mesmo se transformando e mostrando como é bom se transformar, sempre para melhor.

Enquanto você aguarda nossa abordagem sobre a Pedagogia da Sensibilidade, em outro texto, aproveite para olhar para si mesmo e faça um exercício de autoconhecimento, listando, dia a dia, seus pensamentos, suas palavras e suas ações. Coloque-as, imaginariamente, numa outra pessoa e veja se você ficaria feliz vendo outro alguém sendo e fazendo o que você é e faz. Se ficar feliz, ótimo, é só continuar melhorando o que pode ser melhorado. Agora, se ficou triste, você está com um bom indicador do quanto precisa se esforçar para sair do patamar de ser apenas um professor, para galgar o degrau de ser, realmente, um educador. Dar esse passo é realizar consigo a educação moral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar a disciplina Educação Ambiental é um grande desafio para qualquer escola. Nem sempre a escola possui em seu quadro de professores, especialista na área de Biologia, Ecologia, geralmente este trabalho é feito por professores que buscam de forma tímida o conhecimento na área, daí a necessidade da formação continuada do professor. As escolas trabalham geralmente com atividades formais, com temas geradores predominantemente como lixo, proteção do verde, degradação dos mananciais, para fazer acontecer a interdisciplinaridade, mas, o que se pretende com a Educação Ambiental na escola, é que ela seja um processo de permanente aprendizagem, que valoriza as diversas formas de conhecimento e constitua cidadãos com consciência local e uma visão do planeta, com atividades muito além das formais.

A responsabilidade de conscientização sobre o meio ambiente deverá ser, também, preocupação da sociedade, pois nem sempre as pessoas têm acesso à educação formal, sala de aula. Portanto, a responsabilidade, as preocupações com a natureza passam a ser da sociedade como um todo, não importa qual a sua classe social, profissão, origem, sexo ou cor. É necessário começar a pensar e realmente iniciar as atividades da Escola com um Projeto Pedagógico Participativo que opte

pela parceria com as famílias e com a sociedade para uma convivência harmoniosa com o grupo e com o meio ambiente.
A questão ambiental não é somente a relação do homem com o meio em que vive, vai muitos além, refletir sobre a relação entre o meio ambiente e os hábitos e costumes é decisivo para a qualidade de vida, no presente e no futuro, é também a certeza de novas gerações.

REFERÊNCIAS

AMARO, Deigles Giacomelli: Educação Inclusiva aprendizagem e cotidiano escolar –Ed. Psi – 1ª ed. – São Paulo – 2006

ARENDT, Hannah. Entre o Passado e o Futuro. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003 E 2007

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. Tradução: Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret Ltda. 2001. (Coleção a obra-prima de cada autor).

CAMPOS, C. de M. Saberes docentes e autonomia dos docentes. Vozes,
Petrópolis: – RJ. – 2007

DANTAS, Pascoal. Epistemologia Genética. Martins Fontes São Paulo, 1990. Biologia e Conhecimento. 2ª - Ed. Vozes: Petrópolis, 1996.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.
33., 35ª e 40ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira: A avaliação da Educação Básica no Brasil – Ed. Autores associados – s/ed. – Campinas – SP. 2007.

GALVÃO, I. Henry Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis: Vozes, 2003.

JOHANN, Jorge Renato. Educação e ética: em busca de uma aproximação [recurso eletrônico] / Jorge Renato Johann. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Edipucrs, 2009.

LIPMAN, Mattheus. A Filosofia vai a escola. 3ª ed. São Paulo – Summus editora, 1988.

LOMBARDI, J. C. & GOERGEN, P. (Orgs.). Ética e Educação: reflexões filosóficas e históricas. Campinas: Autores Associados, 2005.

MOTTA, Nair de Souza. Ética e vida profissional. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1984. Vicente Zatti. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

MARTINEZ, Adela . Cortina Emílio. Ed. Loyola – São Paulo – 2000

OLIVEIRA, Paula Ramos. Filosofia para a formação da criança. 4ª ed. São Paulo. Ed. Tromson – 2004.

PIAGET. J. Seis estudos de psicologia. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1964.

RICOEUR, Paul; APPENZELLER, Marina. Tempo e Narrativa. Campinas: Papirus - 1991 e 1995.

RODRIGUES, Valdes. A difícil missão de ser professor hoje. Jornal Comércio da Franca, n. 20.349, 20 out. 2008.

ROUSSEAU, J. J., Cartas escritas da montanha. São Paulo: 2006.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Magistério Formação e Trabalho Pedagógico. Ed. Papirus – Campinas – SP. 2005.

ZATTI, Vicente. Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire. Vicente Zatti. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

VYGOTKSY, Lev Semynovich. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984 e 1994.